ATA Nº 5/ 2026

da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia 26/06/2026

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

1. Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, em Mora, a Assembleia Municipal de Mora.

2. Em virtude da ausência, por motivo de doença, do Segundo Secretário da Mesa, Osvaldo Pinto, a Presidente da Assembleia Municipal propôs que a eleita Maria Cristina Teles assumisse as funções de Segundo Secretário da Mesa, proposta que foi aceite. A Mesa ficou assim constituída por Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Presidente, Carlos Alberto da Silveira Biléu, Primeiro Secretário, e Maria Cristina Neves Caetano Teles, Segundo Secretário.

3. Efetuada a chamada, estavam presentes os membros convocados Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.ª Secretário), Maria Cristina Neves Caetano Teles, José Ribeiro Pinto, Pedro Miguel Mota Guedes de Moura, Ana Raquel Croca Brites, José António Lamarosa Caeiro, Maria Irene Aurélio Vitorino Teles, António Manuel Calhau Silva Chitas da Cunha, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), António Joaquim Tavares Ferreira, João Luís Libreiro Barnabé, Isabel Sofia Galvoeira Ramalho, Joaquim Pedro Mirão Caeiro, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Custódia Maria Casanova (PS), José Pedro Nunes Aniceto e Jorge Manuel da Silva Pintor (MAIS).

4. Foram registadas as seguintes substituições: Maria Irene Teles, em substituição de António Vitorino; Jorge Pintor, em substituição de Joaquim Croca Caeiro; e José Caeiro, em substituição de Osvaldo Pinto. O eleito Sérgio Varandas justificou a sua ausência por motivos de saúde.

5. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Luís Simão, o Vice-Presidente, Luís Branco, e a Vereadora Maria Joaquina Salgueiro.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

6. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente sobre a existência de intervenções, não se tendo registado qualquer intervenção.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

7. A **Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para proferir uma saudação de reconhecimento ao movimento associativo, desportivo e cultural do concelho, destacando os resultados alcançados e as atividades desenvolvidas por diversas coletividades e instituições. (anexo 17/2026)

8. A **eleita Ana Croca (CDU)** apresentou uma moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores, na qual é manifestada oposição ao pacote laboral e defendida a valorização dos salários, o aumento do salário mínimo nacional, a fixação das trinta e cinco horas semanais de trabalho e o fim da caducidade da contratação coletiva. (anexo 18/2026)

9. **A Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco abstenções (PS) e 13 votos a favor (10 votos da CDU, 2 votos do MAIS e 1 voto do PS).

10. O **eleito Jorge Pintor (MAIS)** tomou a palavra para questionar o Executivo Municipal relativamente à fiscalização das intervenções realizadas na sequência dos estragos provocados pelas cheias nos encontros da Ponte da Amizade, em Cabeção, colocando a questão da eventual repetição de custos associados às intervenções realizadas. Solicitou ainda um ponto de situação relativamente ao reforço estrutural da Ponte do Passo.

11. O **Presidente da Câmara Municipal**, Luís Simão, prestou esclarecimentos relativamente às questões colocadas, referindo a excecional força da água verificada na zona da Ponte da Amizade e informando sobre a articulação existente com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo relativamente à situação. Relativamente à Ponte do Passo, informou que o concurso público realizado para a intervenção ficou deserto, encontrando-se o Município a proceder ao reajustamento do caderno de encargos, em articulação com empresas da especialidade, com o objetivo de assegurar a concretização da intervenção estrutural prevista, financiada no montante de 200.000 euros.

12. O **eleito José Caeiro (CDU)** apresentou a moção intitulada "Regionalização um Imperativo Democrático", na qual é manifestada a posição favorável à instituição das regiões administrativas e é lamentada a recente rejeição, na Assembleia da República, de propostas apresentadas pelo PCP sobre esta matéria. A moção propõe ainda que a tomada de posição seja remetida aos órgãos de soberania. (anexo 19/2026)

13. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 6 abstenções (PS) e 12 votos a favor (10 votos da CDU e 2 votos do MAIS).

14. A **eleita Custódia Casanova (PS)** apresentou uma saudação ao Grupo Desportivo de Pavia, felicitando os atletas, treinadores e famílias pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados alcançados. (anexo 20/2026)

15. **Aprovação da Ata da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2026.** A **Ata nº 3/2026** foi **aprovada** por **unanimidade dos presentes**, registando-se uma abstenção do eleito Jorge Pintor, por não ter estado presente na sessão a que a mesma se refere.

16. **Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026.** A Ata nº 4/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes.

17. O **Primeiro Secretário da Assembleia Municipal**, Carlos Biléu, propôs a inclusão de um novo ponto na Ordem do Dia, relativo à leitura e aprovação da minuta da ata da presente sessão.

18. A alteração à **Ordem do Dia** foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**

PERIODO DA ORDEM DO DIA

19. **Ponto Um – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação de Mora**

20. Foram apresentadas duas candidaturas ao cargo de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Mora: a Proposta A, apresentada pela CDU, indicando António Alberto Nunes Vitorino, Presidente da Junta de Freguesia de Brotas, e a Proposta B, apresentada pelo PS, indicando Custódia Casanova. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a Proposta A obtido dez votos e a Proposta B oito votos. Face ao resultado da votação, **foi eleito António Alberto Nunes Vitorino**, Presidente da Junta de Freguesia de Brotas, **para integrar o Conselho Municipal de Educação de Mora.**

21. **Ponto Dois – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Conselho Municipal de Saúde de Mora.**

22. Foi apresentada uma candidatura única, subscrita pelos Grupos Municipais da CDU e do PS, indicando Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos. Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo a candidatura sido aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor. Face ao resultado da votação, **foi eleita Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Mora.**

23. **Ponto Três – Constituição e designação dos membros do Conselho Municipal de Educação de Mora**

24. O **Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos relativamente à proposta de constituição e designação dos membros do Conselho Municipal de Educação de Mora, referindo que a composição do anterior órgão havia caducado, sendo necessária a constituição de um novo Conselho. Explicou ainda que a aprovação

da nova composição assumia particular importância face à necessidade de apreciação de matérias relacionadas com os transportes escolares.

32. Na sequência de uma questão colocada pelo eleito António Ferreira, foi integrada na proposta a inclusão do representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

33. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação, tendo a constituição e designação dos membros do Conselho Municipal de Educação de Mora sido aprovada por **unanimidade**.

34. **Ponto Quatro – Reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Mora**

35. O **Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos relativamente à proposta de reestruturação dos serviços municipais, explicando que a mesma prevê a criação de uma quarta divisão municipal, através da divisão da atual área de obras e urbanismo em duas unidades orgânicas distintas: a Divisão de Obras Municipais e a Divisão de Urbanismo e Obras Particulares.
Fundamentou a proposta com a necessidade de adequar a organização dos serviços às atuais necessidades do Município, salientando, em particular, os atrasos verificados na análise de projetos de particulares, que atingem cerca de cinco meses, situação que atribuiu, designadamente, à escassez de meios técnicos disponíveis.
Referiu que a separação das duas áreas permitirá uma organização mais adequada dos serviços e uma resposta mais eficaz às solicitações existentes, nomeadamente na área do urbanismo e das obras particulares.
A Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto 4 à votação, tendo a proposta de reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Mora sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor (10 da CDU e 6 do PS) e duas abstenções (MAIS).

36. **Ponto Cinco – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

37. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

38. **Ponto Seis – Leitura e aprovação da minuta da ata da presente sessão**

39. Procedeu-se à leitura da minuta da ata da presente sessão. A minuta da ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada **por unanimidade**.

40. A Ata nº 5/2026 foi , na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 25 de setembro de 2026, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Sónia Condeço, que a redigi e subscrevo.

(Presidente da Assembleia Municipal)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)

(Redator)

Explicar o funcionamento no púlpito. 17/2026
E informar que estamos só com uma Câmara a funcionar

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores eleitos Municipais,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria de deixar uma palavra de reconhecimento a todas as associações, coletividades, clubes, agentes culturais, atletas, dirigentes, técnicos e voluntários que, com o seu empenho, continuam a promover o nome do concelho de Mora através da cultura e do desporto.

No plano desportivo, felicito o **Sport Club Brotense**, que no dia **23 de maio** alcançou um marco histórico ao disputar, pela primeira vez, a final da Taça INATEL, em Borba. Mais do que o resultado, importa enaltecer o percurso realizado e o extraordinário apoio por parte da massa associativa e simpatizantes.

Destaco igualmente o excelente trabalho da **Escola de Natação da Câmara Municipal de Mora**, que marcou presença em várias competições durante os meses de maio e junho, nomeadamente nos torneios de Montemor-o-Novo e da Associação de Natação do Distrito de Santarém, organizando ainda a 4.ª edição das **"6 Horas a Nadar"** e participando na prova de Águas Abertas de Montemor-o-Novo. Uma palavra especial para os atletas **Gabriel Figueiredo, Mariana Ramalho, Maria Leonor Matias e Simão Martins**, pelos resultados alcançados, bem como para os técnicos da escola de natação e para os pais pelo trabalho e dedicação.

Ao **Grupo Desportivo de Pavia**, endereço igualmente os parabéns pelos excelentes e volto a afirmar EXCELENTES resultados obtidos. Destaco a medalha de bronze conquistada por **Ana Peixoto** nos Jogos ANDDI Portugal, o apuramento de **Rúben Vieira** para os Campeonatos Nacionais, o título de **Vice-Campeão Distrital de Atletismo** alcançado em Elvas e, mais recentemente, os excelentes resultados de **Rui Martins**, Vice-Campeão Nacional de Masters nas provas de 110 metros barreiras e 400 metros, conquistando ainda o terceiro lugar nos 3.000 metros obstáculos. São resultados que refletem trabalho, dedicação e elevam o nome de Pavia e do concelho de Mora.

Uma palavra também para a **Juventude Morense Andebol**, pelas vitórias alcançadas em Montemor-o-Novo e pelo trabalho que continua a desenvolver na formação dos jovens e na promoção da prática desportiva.

No plano cultural, merece igualmente destaque a diversidade da programação promovida ao longo das últimas semanas. O concerto da **Orquestra Juvenil de Lavre**, as iniciativas da **Trupe dos Bichos**, do **Monte da AmOrada**, a inauguração da biblioteca do **Centro Cultural de Cabeção**, o aniversário do **Grupo de Cantares de Cabeção**, a exposição de **Felícia Trales**, as marchas populares, a apresentação do livro **"Amélia"**, de **Mafalda Café Alves**, a estreia da peça **"É para ter medo"**, da jovem autora **Inês Minor, organizado pela Metamorphose**, a exposição **"Entre Olhares"**, promovida pela Associação Mora Mundus, e o **Roteiro Literário dedicado a Fernando Namora** são exemplos de uma programação rica, diversificada e descentralizada, que aproxima a cultura da população e valoriza os nossos artistas e associações.

Todas estas iniciativas demonstram o dinamismo do nosso concelho e o importante papel que o movimento associativo, cultural e desportivo desempenha na promoção da qualidade de vida, da identidade local e da participação da comunidade.

A todos quantos contribuíram para a concretização destas iniciativas, deixo uma palavra de sincero reconhecimento e agradecimento pelo trabalho, dedicação e compromisso demonstrados. Que este espírito de participação e colaboração continue a inspirar o movimento associativo, as instituições, os voluntários e todos aqueles que, diariamente, dão o seu contributo para uma comunidade mais dinâmica, solidária e coesa, valorizando e dignificando o concelho de Mora.

Muito obrigada.

26/06/2026

18/2026

Assembleia Municipal de Mora

Sessão Ordinária de 26 de Junho de 2026

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DOS TRABALHADORES

No passado dia 30 de Abril, nesta Assembleia Municipal, o Grupo Municipal da CDU denunciava o grave ataque aos direitos dos trabalhadores que o governo de direita pretendia levar a cabo, e acabou por ser derrotado.

Pois bem, importa sublinhar que a derrota do Pacote Laboral não caiu do céu. Foi a luta dos trabalhadores que o derrotou.

Ao longo de mais de 330 dias essa imensa força colectiva organizou e ampliou o esclarecimento sobre o atentado que esta proposta representaria para os trabalhadores e os seus direitos, isolou o governo e os que como o Chega e a IL apoiaram abertamente esse ataque, forçando alguns afazer o que nunca desejaram fazer.

O Pacote Laboral pretendia agravar os já baixos salários, promover os despedimentos sem justa causa, generalizar a precariedade aumentando a insegurança, desregular de forma ainda mais profunda os horários de trabalho, promovendo o trabalho não pago e infernizando a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, reduzir os direitos das mães e dos pais, e por isso os direitos das crianças.

Pretendia atacar direitos fundamentais individuais e colectivos como a contratação colectiva, pôr em causa o direito de reunião, intervenção e informação sindical, limitar o direito à greve.

Rejeitado e derrotado o Pacote laboral, é tempo de avançar, de potenciar toda esta força e garantir:

1. Aumento geral dos salários, com a valorização das carreiras e o aumento do Salário Mínimo Nacional.
2. Horários de trabalho para poder viver, ter tempo para a família e o lazer, reduzindo o horário de trabalho para 35 horas semanais e limitando o trabalho por turnos e nocturno.
3. Fim da caducidade da contratação colectiva para a conquista de melhores condições de trabalho e aumentos salariais.
4. Valorização dos direitos de maternidade e paternidade.

Os preços estão insurportáveis: supermercado, particularmente na alimentação, combustíveis, electricidade, habitação. E o governo que se recusa a controlar os preços do gás de botija ou da alimentação. Soma-se também agora o aumento das taxas de juro.

Enquanto isso, os grupos económicos acumulam fortunas à conta do nosso sacrifício. Não é mérito, é injustiça na distribuição da riqueza criada por quem trabalha.

E não digam que não há dinheiro, quando o governo PSD/CDS, a IL, o Chega e, pontualmente, o PS se entendem para dar 2 mil milhões de benefícios fiscais aos grupos económicos ou para continuarem a encher as Parcerias Público-Privadas

São os trabalhadores que fazem o país funcionar, e têm, por isso, direito a uma vida digna e com perspectivas de futuro, em que o trabalho seja valorizado, com melhores salários e pensões, com habitação digna, mais e melhores transportes, serviços públicos universais e de qualidade, e em paz.

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 26 de Junho de 2026

19/2026

Moção

Regionalização, um imperativo democrático

Constitucionalmente consagradas há 50 anos as Regiões Administrativas continuam por concretizar.

Para lá do que esta omissão em si significa no completamento do edifício do poder local o que está em causa na Regionalização não é só o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é também a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e ainda uma possibilidade de aprofundamento da democracia com a participação e o controlo pelas populações das decisões políticas que a elas se dirigem.

Com a Regionalização há três possibilidades que se abrem:

- A possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir em vez de ela ser imposta de fora, a partir do Poder Central e desligada das necessidades das Regiões e das populações;
- A possibilidade de estabelecer prioridades de investimento e mobilizar recursos para o seu cumprimento, tomando essas decisões a partir de órgãos eleitos pelas populações e perante as quais esses órgãos respondem;
- A possibilidade de termos uma efectiva descentralização e uma adequação da administração do Estado e dos seus serviços.

A cocretização da Regionalização permite o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às actividades produtivas, a definição de prioridades de investimento em vias de comunicação ou equipamentos sociais – sejam lares, creches, equipamentos de apoio a pessoas com deficiência ou outros –, o ordenamento do território e conservação da natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património.

A Regionalização comporta ainda uma resposta coerente e insubstituível para dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local), para criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a activa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; para garantir a defesa da autonomia do poder local.

Nestas circunstâncias, face à rejeição, no passado dia 24 de Junho, das iniciativas apresentadas na Assembleia da República pelo PCP de uma Lei Quadro de Criação das RA e de um Projecto de Resolução com um programa de trabalho e um calendário de acções com vista à criação e

instituição em concreto das regiões administrativas, a Assembleia Municipal de Mora reunida a 26 de Junho de 2026 delibera:

1. Expressar a opinião de que a rejeição destas iniciativas legislativas são uma contribuição negativa para a necessária e indispensável afirmação do poder local e das condições favoráveis que as Regiões Administrativas criam para o desenvolvimento regional equilibrado;
2. Apelar a que a Assembleia da República retome iniciativas convergentes com os objectivos das que agora foram inexplicavelmente rejeitadas, dando assim expressão parlamentar às reiteradas manifestações de apoio que em palavras e discursos a generalidade das forças políticas têm manifestado e que a recente votação desmente.
3. Enviar esta Moção para o senhor Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e Grupos Parlamentares.

Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Mora

Mora, 26 de Junho de 2026

20 | 2026

Saudação

Saudamos o Grupo Desportivo de Pavia pelos resultados obtidos nesta época, por todos os seus atletas que, de uma maneira geral têm elevado o nível de desempenho nesta Associação Desportiva.

No entanto, queremos saudar especialmente os resultados obtidos por Rui Martins que se sagrou campeão no Campeonato Nacional de Masters em Pista, no Estádio Nacional em Lisboa, o de vice-campeão de veteranos em várias provas.

Saudamos também as atletas e os atletas - Beatriz Martins, a sua irmã Alice Martins, a ANA PEIXOTO os atletas Afonso Martins, o Rúben Vieira, o Santiago Pires e o Rui Moita ~~A. ANA PEIXOTO~~.

Todos eles conseguiram grandes resultados em várias provas desportivas ao nível regional, nacional e de selecções.

Por isso parabéns a todos eles e ainda aos que não tendo conseguido grandes destaques, não desistido de continuar a treinar e elevar o nome do Grupo Desportivo de Pavia.

Uma saudação especial às famílias destes atletas e aos seus treinadores que, em conjunto permitem a obtenção destes resultados.

Custódia Casanova

Presidente da Junta de Freguesia de Pavia

Bancada do PS

Mora 26 de Junho de 2026